



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 27 / XV / 1.ª SL

Aos quinze dias do mês de novembro de 2022, pelas catorze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

§ Único: Audiência com o Conselho das Comunidades Portuguesas.

Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho:

- Flávio Martins - Brasil;
- Amadeu Batel - Suécia;
- Maria de Lurdes Almeida - Venezuela;
- Lígia Fernandes - África do Sul;
- Rita Santos - Macau/China;
- Ângelo Horto, Brasil;
- António Cunha - Reino Unido;
- Nelson Ponta-Garça - EUA.

Estiveram presentes os Deputados:

- Olga Silvestre
- Diogo Pacheco de Amorim
- Paulo Pisco
- Tiago Moreira de Sá
- Rodrigo Saraiva
- Paula Santos
- José Moura Soeiro
- António Maló de Abreu
- Natália Oliveira



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 27 / XV / 1.ª SL

Iniciada a sessão, dirigida pela vice-presidente da Comissão, Deputada Olga Silvestre, começou esta por dar as boas vindas aos membros do Conselho das comunidades, explicando de seguida a metodologia a adotar para a reunião.

Começou por intervir o Sr. Flávio Martins, na qualidade de presidente do Conselho das Comunidades, tendo agradecido a oportunidade de os representantes do Conselho, em reunião extraordinária em Lisboa, poderem ser recebidos na Assembleia da República, pela Comissão. Referiu ser intenção do Conselho reunir com todos os partidos políticos, sendo que nesta data apenas faltava fazê-lo com o PCP e o BE, embora já agendados para o dia seguinte. Aludiu seguidamente a um conjunto de questões que reputou de essenciais, a saber:

A alteração à Lei institutiva do Conselho, nos termos que são já do conhecimento de todos os grupos parlamentares e da própria Comissão;

O dever de audição do Conselho em sede de processo legislativo relacionado com interesses da Diáspora;

Reforço do orçamento do Conselho, de forma a garantir, por um lado, a criação de um secretariado profissional e, por outro, custear as despesas com o processo eleitoral;

Marcação de eleições para o segundo semestre de 2023, sendo desejo do conselho que as eleições ocorram já com a Lei devidamente revista e adaptada à realidade do que é hoje a representação das Comunidades Portuguesas. Sublinhou que, nestas matérias, o Orçamento de Estado em discussão não contempla verbas que sustentem políticas públicas adequadas.

Interveio o Sr. Amadeu Batel para sublinhar a essencialidade do reforço orçamental solicitado para o funcionamento do Conselho, permitindo a profissionalização de um secretariado ou gabinete de apoio com dois colaboradores especializados.

Seguidamente, intervieram os seguintes Deputados:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 27 / XV / 1.ª SL

Paulo Pisco (PS) tendo lembrado que, por si só, o recenseamento automático implicaria desde logo a alteração à Lei, devendo o Governo atualizar os círculos eleitorais e o correspondente número de conselheiros a eleger. Anunciou que o PS tem já concluído um Projeto de Lei sobre esta matéria refletindo as preocupações e contributos do Conselho, e que apresentará com a maior celeridade possível.

Maló de Abreu (PSD) que começou por clarificar junto do Conselho sobre se o PS havia apresentado o seu Projeto de Lei durante a reunião ocorrida a 14 de novembro. Confirmado o facto, lembrou que o processo de revisão da Lei já se arrasta desde 2019, sem resultados práticos, tendo anunciado que o PSD irá igualmente apresentar o seu próprio Projeto, o qual contemplará o aumento da representatividade e da proporcionalidade do número de conselheiros, intervindo ainda nas áreas do ensino do português, associativismo, rede consular e processo eleitoral, dignificação do trabalho desenvolvido pelo Conselho, consagração de existência de um gabinete de apoio e caixa de correio eletrónico. Defendeu, ainda, a afetação às atividades do Conselho de uma verba correspondente a 1,5% do Fundo para as Relações Internacionais.

Diogo Pacheco de Amorim (CH) para referir que o protelamento das eleições para o Conselho é inadmissível, processo que já dura há 4 anos, tendo remetido para a reunião bilateral com o Conselho, na parte da tarde de hoje, a divulgação das suas ideias para a alteração à Lei.

Rodrigo Saraiva (IL) que anunciou a concordância da IL quanto às principais propostas apresentadas, tendo manifestado algumas reservas relativamente à adoção em pleno do voto eletrónico, até por não ser consensual no seio da própria Comissão. Referiu, porém, concordar com a realização de experiência-piloto a ter lugar já no próximo ato eleitoral em dois países, de forma a avaliar a viabilidade deste tipo de procedimento.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
27 / XV / 1.ª SL**

Paula Santos (PCP) que começou por saudar a presença do Conselho e a partilha de informação proporcionada por esta audição. Referiu existir disponibilidade do PCP para rever a Lei que rege o Conselho, tendo sublinhado a insuficiência das verbas apresentadas pela tutela em sede de discussão orçamental, em vista da prossecução das políticas públicas que se impõem. E lembrou, ainda, a posição do PCP contra a propina de acesso ao ensino e a favor da gratuitidade dos manuais escolares.

Numa **segunda ronda** de intervenções, o presidente do Conselho, Flávio Martins, manifestou contentamento pelo teor das intervenções ocorridas, que vêm de encontro à visão do Conselho. Concluiu, referindo que a realização de eleições apenas deve efetuar-se após a alteração da Lei, de forma a refletir a realidade daquilo que é hoje a representatividade das Comunidades Portuguesas.

Intervieram, ainda, os Deputados:

Paulo Pisco (PS) que veio recordar o forte condicionamento, inclusive no trabalho parlamentar, causado pela pandemia, a qual não pode ser esquecido.

Maló de Abreu (PSD) para sublinhar que as propostas que vierem a ser apresentadas pelo PSD serão abertas à discussão e participação de todos os partidos políticos e lembrou, ainda, que os pensionistas portugueses residentes no estrangeiro devem também ser abrangidos pelas medidas de apoio à família pelo aumento da inflação.

Diogo Pacheco de Amorim (CH) para agradecer a abertura do PSD à participação das diferentes forças políticas, tendo feito votos para que a “cerca sanitária” imposta ao Chega por parte do PS não venha a obstaculizar tal possibilidade.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**ATA NÚMERO
27 / XV / 1.ª SL**

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu a reunião por encerrada pelas quinze horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata.

Palácio de São Bento, 15 de novembro de 2022.

A PRESIDENTE (em exercício)

(Olga Silvestre)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em membro de 2022